

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ARÃO DA ROSA

Gĩr kãsir mré ãg vĩ tỹ rãnrãj ge ãmã tỹ Guarita ki.

A língua Kaingang na educação infantil da Escola Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro da Terra
Indígena Guarita.

Florianópolis

2015

ARÃO DA ROSA

Gĩr kãsir mré ãg vĩ tỹ rãnrãj ge ãmã tỹ Guarita ki.

A língua Kaingang na educação infantil da Escola Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro da Terra
Indígena Guarita.

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido à
Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da
Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de Licenciado.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Maroto Guerola

Florianópolis

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, às 14:30 horas, na Sala 301 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor Orientador Carlos Maroto Guerola e Presidente, Professora Silvia Maria de Oliveira, Titular da Banca, e Professor João Rivelino Rezende Barreto Suplente, designados pela Portaria nº 69/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Arão da Rosa, subordinado ao título: **"Gĩr kāsir mré ěg vĩ tĩ rānhraj ge ěmā tĩ Guarita ki. A língua Kaingang na educação infantil da Escola Gomercindo Jētē Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Carlos Maroto Guerola, a nota final 1,0, da Professora Silvia Maria de Oliveira, a nota final 1,0, e do Professor João Rivelino Rezende Barreto, a nota final 1,0; sendo aprovado com a nota final 1,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Maroto Guerola

Prof. Silvia Maria de Oliveira

Prof. João Rivelino Rezende Barreto

Candidato Arão da Rosa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Arão da Rosa, matrícula n.º 11100017, entregou a versão final de seu TCC cujo título é A língua kaingang na educação infantil da Escola Gomerindo Jêtê Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de março de 2015.

Carlos Manoel Genouy

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

À minha família, Marcelino da Rosa e Lídia Amaro e minha esposa Solange Cipriano, pelo incentivo, participação e colaboração em vários momentos da construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Em especial ao meu pai pelo apoio e auxílio.

Minha filha Samantha da Rosa, que tinha 03 anos de idade no começo desta graduação, e foi crescendo nesse percurso, participando de todos os desafios e leituras realizadas.

Ao professor Ms. Carlos Maroto Guerola, pela dedicação, paciência e confiança no acompanhamento do processo de orientação deste trabalho.

À comunidade do setor KM 10 da Terra Indígena Guarita, à escola Gomercindo Jêth Ribeiro, aos professores que compreenderam a minha preocupação quanto ao tema desse trabalho e da mesma forma àqueles que não quiseram compartilhar suas experiências.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso está subordinado ao título: *Gĩr kãsir mré ěg vĩ tỹ rãnrãj ge ěmã tỹ Guarita ki. A língua kaingang na educação infantil da Escola Gomercindo Jêtě Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita* e ele vai relatar sobre as dificuldades no ensino na língua kaingang nessa turma, onde a professora é *fóg* (não indígena), que no decorrer dos anos essas crianças acabam não falando mais a sua língua materna. Portanto este trabalho propõe uma proposta para começar a ensinar a língua kaingang na educação infantil, assim que as crianças começam a frequentar a instituição escolar.

Palavras-chave: Língua Kaingang – Educação escolar indígena – Educação Infantil

TU VÁME SÍ

Inh rãnrãj tag vỹ tỹ “Gĩr kãsir mré ěg vỹ tỹ rãnrãj ge ěmã tỹ Guarita ki”. ěg vỹ tỹ kanhgág ěg vĕnhkajrãnrãn fã mĩ educação infantil ke mũ ěn mré, hãra vỹ uri jagy ti, mỹr ěg iskora ki gĩr kãsir tag mré fóg fi vỹ mré jã. ěka gĩr vỹ ěg vỹ tó tu vãnh kỹ fóg vỹ tó mũ nĩ, kỹ vỹ tãnki hã ěg vỹ pĕ tu vãnh ti ser. Kỹ inh rãnrãj tag vỹ professor ag mỹ ěren kỹ gĩr mré hang e tu vãmém mũ.

Palavras-chave: kanhgág ag vỹ – Gĩr kãsir

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da TI Guarita.....	15
Tabela 2- Localização das escolas da TI Guarita.....	19

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da TI Guarita	16
Figura 2 - Mapa dos setores da TI Guarita.	17
Figura 3 - Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro, parte frontal	24
Figura 4 - Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro, parte frontal, lado esquerdo e salas de aula.....	24
Figura 5 - Marcelino da Rosa.....	32
Figura 6 - Geremias da Silva	34
Figura 7 - Rômi Cristina Agnoletto Balzan	35

SUMÁRIO

1. Apresentação: sobre o autor	11
2. Introdução: sobre a pesquisa.....	12
2.1. Objetivos	13
2.2. Metodologia	13
3. O local da pesquisa: A Terra Indígena Guarita	14
3.1. O Setor KM 10.....	19
4. Breve histórico da educação escolar indígena na TI Guarita	20
4.1. Breve histórico da escola Gomercindo Jêê Tenh Ribeiro.....	22
5. A educação bilíngue e sua legislação	25
6. A educação infantil e as dificuldades no ensino da língua Kaingang	29
6.1. A apresentação do projeto de pesquisa na escola: Ata nº 07/2014	31
6.2. Depoimento de Marcelino da Rosa, <i>kófa</i> da comunidade.....	32
6.3. Depoimento de Geremias da Silva, pai de um aluno da educação infantil.....	34
6.4. Depoimento da Professora Rômi Cristina Agnoletto Balzan, coordenadora pedagógica da escola Gomercindo Jêê Tenh Ribeiro	35
6.5. Observação de aulas da turma da educação infantil	37
6.6. Proposta de aula para a educação infantil	38
6.7. Desenvolvimento das atividades com os alunos da educação infantil.....	44
7. Considerações finais	45
8. Referências Bibliográficas.....	48

1. Apresentação: sobre o autor

Sou Arão da Rosa, da Terra Indígena (TI) Guarita, da etnia kaingang. Meu nome indígena é Sînág, nome esse escolhido pela minha avó. Nasci no município de Redentora, no dia 16 de setembro de 1983, uma cidade pequena que fica no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente moro no município de Tenente Portela no setor KM 10.

Sempre fui um menino estudioso, entrei na escola com sete anos de idade no ano de 1990. A minha sala era enorme e o professor se chamava Antônio Cândido. Começo a minha história no meu primeiro dia de aula, foi choro na entrada e na saída, o meu pai me conta que eu agarrei a mão dele com tanta força que cheguei a machucá-lo com a unha, quando a minha mãe foi me buscar eu não queria ir embora e chorei novamente. Minha família era muito carente, meus pais trabalhavam para os colonos para sustentar a família de sete pessoas. A situação familiar nessa época era com certeza apertada, mas sempre estudei pensando que um dia chegaria ao nível superior. Minha infância foi bastante sofrida, teve uma época que eu comia batata assada no almoço pra não dizer que não comi nada, mas mesmo assim nunca deixei de estudar. Quando o professor marcava uma prova, eu chegava a decorar as perguntas feitas na sala de aula.

De 1ª a 4ª série do primário, gosto de lembrar especialmente da professora Adinora Vasco da Silva, a mulher do professor Valdemar Vasco da Silva, diretor da escola, que sempre me incentivou a fazer atividades, por ser uma criança bem carente na sala, a professora procurava sempre entender as minhas dificuldades. Aqui fica evidente a responsabilidade e atenção do educador em captar aquilo que o aluno tem de melhor.

Já da 5ª à 8ª, estudei em uma escola fora da aldeia e a situação da minha família continuava em más condições para sustentar meu estudo. Lembro-me de que uma vez fui com os pés descalços para a escola. Passou-se o tempo e antes de terminar o ensino fundamental, meus pais conseguiram se aposentar. Nesse momento eles deram mais atenção para meu estudo, comprando material escolar e uniforme da escola.

Do ano 2000 a 2002, fiz o ensino médio na cidade de Redentora, município onde a aldeia pertence, em uma escola enorme que na época tinha 900 alunos. Foi bem difícil de

concluir esta fase, porque o trajeto do ônibus era longo. Eu saía de casa às 17h30 e chegava na cidade às 19:00 horas, mas foi bem divertido conhecer novos amigos.

No ano de 2004 a 2006 cursei o magistério normal no Instituto Fagundes Varela no município de Miraguaí, uma cidade próxima à TI Guarita, onde tive as matérias didáticas para aprender a trabalhar com crianças das séries iniciais do ensino fundamental. Meu estágio foi a minha primeira experiência de trabalho na sala de aula como professor.

De 2008 a 2010 cursei Ênfase em Educação Indígena no mesmo instituto onde fiz o curso normal. Este curso foi oferecido pela Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul, para fazer complementação do magistério normal com algumas disciplinas específicas de educação indígena.

No ano de 2011, ingresso no ensino superior na Universidade Federal de Santa Catarina, através de concurso vestibular diferenciado com redação na língua kaingang. Meu objetivo de frequentar este curso é aprofundar meu conhecimento adquirido nos cursos anteriores na área de educação indígena. Atualmente sou professor de língua kaingang nas séries iniciais e nas turmas de 8º e 9º ano das séries finais do ensino fundamental da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro, no setor KM 10, uma das escolas na TI Guarita.

2. Introdução: sobre a pesquisa

Neste trabalho de conclusão do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, pretendo relatar o ensino da língua kaingang e suas dificuldades na educação infantil da Escola Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita. Meu interesse no tema de pesquisa é trazer um pouco da importância de valorizar a língua materna, desde que as crianças começam a frequentar uma instituição escolar. Busquei na minha experiência enquanto professor atuante nessa escola e na ajuda das colegas professora Rômi Cristina Agnoletto Balzan e Elaine Ponce, professora da educação infantil, pelas nossas conversas nas horas vagas, durante o trabalho na escola, também a partir da minha observação na sala de educação infantil e a partir de uma conversa com meu pai de 78 anos de idade e também com meu vizinho Geremias da Silva.

2.1. Objetivos

Objetivo geral:

Pesquisar as formas de aprender e ensinar a língua kaingang na educação infantil, proporcionando assim subsídios para os professores kaingang, comunidades e alunos.

Objetivos Específicos

- Compreender o ensino da língua kaingang na educação infantil atualmente;
- Conscientizar sobre as novas formas de aprender e ensinar a língua kaingang.

2.2. Metodologia

A coleta de dados foi realizada através de rodas de conversa com meu pai Marcelino da Rosa, com as professoras citadas acima, três sessões de observação em sala de aula com os alunos da educação infantil, uma reunião com pais, conversas informais com as pessoas com quem convivo no dia a dia do trabalho escolar e também através de registros e trabalhos feitos no decorrer da minha vida acadêmica na UFSC.

Durante a pesquisa fiz três momentos de observações na turma da educação infantil, no intervalo, em brincadeiras na pracinha da escola e também na hora da merenda, principalmente para observar qual a língua mais usada pelos alunos dessa turma. Notei que tinha um número maior de falantes na língua kaingang, mas naquele momento estavam falando mais em português com a professora.

Também foi realizada uma entrevista com a professora e coordenadora pedagógica Rômi Cristina Agnoletto Balzan (não indígena), sobre a sua experiência vivida nessa escola, ao longo dos três anos que ela trabalha com os índios.

Foi utilizado um trabalho sobre a Terra Indígena Guarita que fiz no tempo comunidade durante o curso de licenciatura. Ainda conversei com Geremias da Silva, pai de um aluno da educação infantil sobre a preocupação da língua materna enquanto agente comunitário de saneamento indígena.

Durante a pesquisa fiz também um pequeno planejamento de aula para aplicar na turma de educação infantil. Este plano de aula trabalhou o tema *Dois estorinhas e duas brincadeiras fora da sala de aula*. O objetivo desse plano de aula era incentivar os alunos para falar somente na língua kaingang e teve uma resposta positiva por parte dos alunos, sendo que a maioria deles conseguiu entender e realizar as brincadeiras propostas em língua kaingang. A professora regente me deixou livre para fazer o planejamento conforme o projeto de trabalho de pesquisa.

Após descrever como fiz a minha pesquisa, faço a seguir uma contextualização do local onde desenvolvi o trabalho.

3. O local da pesquisa: A Terra Indígena Guarita

A contextualização da TI Guarita é feita a partir de um trabalho de tempo comunidade feito no início do curso, em março de 2011, na disciplina Metodologia de Pesquisa (TURMA KAINGANG, 2011).

Os entrevistados, os Kaingang Adelino Gavóg da Rosa e Antônio Gavóg Claudino, residentes no setor São João do Irapuá, falaram sobre a oficialização da TI Guarita. Segundo eles, o caminho para a demarcação da TI Guarita começou a surgir por volta do século XVIII, com a chegada dos historiadores. Concluíram que na época havia três áreas indígenas no Rio Grande do Sul, que eram Nonoai, Campo do Meio e Guarita.

Neste período de tempo havia um grupo de kaingang liderado pelo cacique Fongue. Na época reuniu várias aldeias já existentes, mas não oficiais. É importante ressaltar que as aldeias já possuíam uma organização social diferenciada da sociedade envolvente, e tinham direito de deslocamento pelo seu território em busca de fontes confiáveis de água e comida. A partir daí começou a luta pela demarcação das terras. O cacique Fongue participou da guerra do Paraguai, ajudando o governo brasileiro, para garantir o direito de chão do seu povo.

Após expulsar os paraguaios, o cacique Fongue e seu povo vieram e ficaram numa região que fica entre o Rio Turvo e o Rio Guarita. Ali construíram suas cabanas, vivendo de caça e pesca, cultivando alguns pedaços de terra em seu território que ainda não havia sido demarcado. Além disso, havia uma grande preocupação do líder kaingang com o povoamento dos não indígenas, que estavam ocupando a maior parte do território kaingang.

No ano de 1848, o campo da Guarita também se torna reconhecido pelos governantes. Este foi um dos três aldeamentos estabelecidos pelo governo da província, juntamente com

Nonoai e Campo do Meio. Segundo Adelino Gavóg este grupo já ocupava seu território até o município de Cruz Alta, que fica bem distante da TI Guarita e abrigava vários acampamentos dos índios. O aldeamento era coordenado por praças¹ e padres deslocados de suas tarefas em Cruz Alta para prestarem serviço nos aldeamentos de Guarita e em Nonoai. Esse mesmo grupo, depois de aldeado oficialmente na Guarita, não perdeu as características tradicionais do povo kaingang. O grupo era reconhecido pela autoridade não indígena, mas essa autoridade tinha o pensamento de centralizar os indígenas somente em Nonoai. A partir daí, de acordo com a mobilização kaingang, parte do grupo migra para um campo próximo chamado Inhacorá, dando início a mais um aldeamento que levará este mesmo nome. Muitos índios foram sendo gradativamente transferidos para Nonoai, que em princípio seria o único aldeamento oficial da província.

Contudo, posteriormente, aproximadamente no ano de 1880, Guarita foi reativada como aldeamento oficial. O toldo ali existente contava então com cerca de cento e dez índios kaingang. O campo Guarita foi reconhecido como Terra Indígena, de fato, somente no início do século XX. Em 1908 o Governo do Estado começou a demarcar as áreas indígenas existentes, embora essa demarcação não garantisse a posse legal para os índios.

A Terra Indígena Guarita, já dentro desse processo de demarcações iniciadas pelo governo estadual, tem sua área total oficializada em 1917. A oficialização foi realizada pela Diretoria de Terras e Colonização de acordo com as orientações do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), mas somente em 1918 vai aparecer oficialmente nos relatórios, contando com uma área oficial de 23.183 hectares. Veja na tabela a seguir.

Tabela 1 - Dados da TI Guarita

Terra Indígena Guarita
<p>Posto Indígena Guarita.</p> <p>Localização: Divisa pelo Rio Guarita, Municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco margeando com município de Miraguaí - RS.</p> <p>Demarcação original: Em 1918 pela Comissão de Terras de Palmeiras, RS.</p> <p>Redemarcação: Em 1997.</p> <p>Título: Registro no Cartório de Imóveis de Tenente Portela, RS, em maio de 1991, e no SPU em dezembro de 1994.</p> <p>Área original: 23.183 hectares.</p>

¹ Praça é a denominação dada aos policiais usada pelos mais velhos kaingang.

Área atual: 23.406,87 hectares.

POPULAÇÃO EM 3 MOMENTOS

1945: 660 kaingang (fonte: SPI)

1976: 1.340 kaingang e guarani (fonte: FUNAI)

2005: 6.100 kaingang (fonte: www.portalkaingang.org)

Fonte: Portal Kaingang, 2006. Acessível em: www.portal.kaingang.org [acesso em 10 de setembro 2014]

Atualmente, a Terra Indígena Guarita possui 23.406.8684 hectares de terra. Localiza-se entre a área de três municípios: Redentora, Tenente Portela e Erval Seco. Além disso, ainda encontramos a cidade de Miraguaí nos limites da Terra, a qual possui uma forte relação com a população que habita na Reserva. É possível observar um mapa da TI Guarita na fig. 1.

Figura 1 - Mapa da TI Guarita



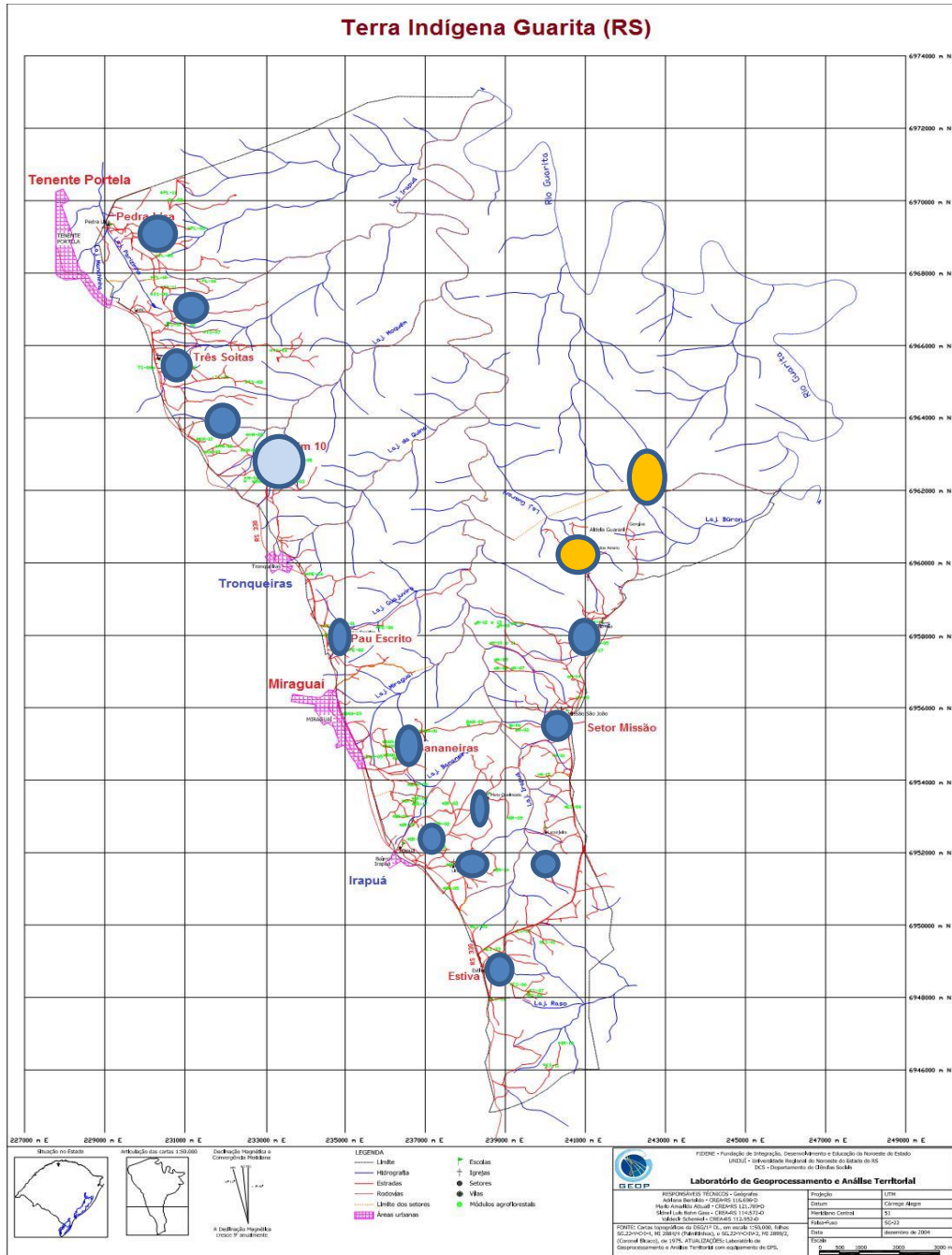
Fonte: Google Earth [Acessado em 18 nov. 2014]

O tipo de sociedade que se forma nos limites da Terra Indígena vai ser de suma importância para a compreensão do seu desenvolvimento social e econômico. Compõe-se de aproximadamente sete mil indivíduos, das etnias Kaingang e Guarani, e estrutura-se em 16 setores (aldeias), sendo 14 kaingang: Pedra Lisa, ABC, Três Soitas, Linha Esperança e KM 10, que se localizam dentro dos limites do município de Tenente Portela. Já Missão, Estiva, São João do Irapuá, Bananeira, Pau Escrito, Mato Queimado, Katiú Gria, Linha São Paulo, Linha Mó e Laranjeira pertencem ao município de Redentora. E ainda tem as duas aldeias do

povo guarani: Gengibre e Capoeira dos Amaros, que se localizam no município de Erval Seco, totalizando 16 setores na Terra Indígena Guarita.

Na figura a seguir (fig. 2) é possível observar um mapa dos setores da TI Guarita.

Figura 2 - Mapa dos setores da TI Guarita.





Fonte: FUNAI, atualização para visualizar melhor os setores, Arão da Rosa, setembro – 2014.

O povo kaingang vive em dois municípios: Redentora e Tenente Portela. Os setores que pertencem ao município de Redentora são os mais falantes da língua materna, pois as crianças não tem muito acesso aos não indígenas. Já os setores que pertencem ao município de Tenente Portela são pouco falantes da língua materna, porém são os que mais produzem artesanatos. Isso porque são setores que ficam próximos à cidade e as crianças têm um convívio maior com os *fóg* (não indígenas), portanto tem essa diferença quanto à língua e à produção de artesanatos.

Há famílias que sobrevivem da venda do artesanato. As crianças acompanham todo o processo da confecção do artesanato até a venda. Consideramos que as crianças são capazes de ajudar suas mães a raspar taquara para a confecção dos artesanatos, outras ajudam a confeccionar colares de rosário, também ajudam seus pais na venda dos artesanatos. Na venda do artesanato a criança está diretamente mais envolvida e na maioria das vezes é designada a negociar o artesanato.

Algumas famílias possuem vínculos empregatícios em empresas da região, geralmente em empresas frigoríficas como Aurora, Seara e Mais Frango, sendo que em algumas dessas empresas o número de indígenas é bem elevado, o que não contribui para que os mesmos tenham cargos privilegiados. Em muitas situações o casal trabalha junto. Durante o dia, os pais ficam fora da aldeia e as crianças são cuidadas por parentes, avós, tios ou vizinhos. Em alguns casos os irmãos mais velhos são responsáveis por essa atividade. Também algumas famílias recebem outro auxílio como cestas básicas, bolsa família e aposentadorias.

É importante também falar a respeito das escolas indígenas: temos hoje 11 escolas kaingang na TI Guarita, todas com ensino fundamental de 1º ao 9º ano e educação infantil. Em algumas escolas a educação infantil é vinculada ao município e em outras é vinculada ao estado. Aproximadamente são 120 professores kaingang que atuam nas escolas indígenas, segundo me disse Osmar Mauricio Sales, presidente da comissão de educação indígena na TI,

durante uma conversa feita no intervalo de sala de aula na escola no terceiro trimestre de 2014. Segue quadro com a localização das escolas da T.I. Guarita.

Tabela 2- Localização das escolas da TI Guarita

ESCOLA	ALDEIA	MUNICÍPIO
E.E.I.E.F. Bento pi góg	Pedra lisa	Tenente portela
E.E.I.E.F. Mukej	Setor abc/três soitas	Tenente portela
E.E.I.E.F. Gomercindo jete tenh ribeiro	Km 10 sede	Tenente portela
E.E.I.E.F. Cacique anastácio fongue	Pau escrito	Redentora
E.E.I.E.F. Rosalino claudino	Bananeira	Redentora
E.E.I.E.F. Antonio kasin mig	Irapuá	Redentora
E.E.I.E.F. Geraldino mineiro	Mato queimado	Redentora
E.E.I.E.F. Toldo campinas	Estiva	Redentora
E.E.I.E.F. Kathú griá	Kathú griá	Redentora
E.E.I.E.F. Herculano joaquim	Laranjeiras	Redentora
E.E.I.E.F. Davi rygjo fernandes	Missão	Redentora
E.E.I.E.F Sepé Tiaraju	Gengibre	Erval seco

Fonte: Cleci Claudino, quadro elaborado para pesquisa de TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica com defesa em janeiro de 2015.

Após a contextualização da TI Guarita, faço a seguir um breve histórico do setor KM 10, onde desenvolvi a pesquisa na elaboração deste trabalho.

3.1. O Setor KM 10

Atualmente o setor KM 10 é sede da Terra indígena Guarita. Situado próximo à RS 330, recebeu este nome porque fica a 10 km do município de Tenente Portela. O setor tem uma área de 710 hectares de terra com 160 famílias. É um setor onde estão localizadas as lideranças maiores da reserva como cacique, major, coronel e capitão geral. Existem também as instituições como escola, posto de saúde, igreja, rádio comunitária, casa cultural, ginásio de

esportes e arena. Um dos principais eventos que acontece neste setor é a festa do dia do índio, no dia 19 de abril, onde se reúnem todos os setores.

As famílias que lá moram são famílias simples de um sistema de parentesco muito forte, isso facilita para a criança adquirir novas técnicas de vivência e aprendizagem e acabam por transmitir essas novas vivências nos lugares onde moram. Geralmente as famílias são de baixa renda. As crianças buscam e aperfeiçoam suas vivências de acordo com o ambiente onde vivem.

Percebemos que, mesmo com vínculos empregatícios, algumas famílias ao mesmo tempo criam algum tipo de animal para o seu próprio consumo, como galinha, porco, gado, entre outros. Nesses casos, as crianças devem alimentar os animais na ausência dos pais. Em horas vagas as famílias cultivam algum tipo de pequenas plantações de batata, mandioca, feijão ou até mesmo milho. Durante esse processo as crianças estão muito envolvidas.

Após a contextualização do setor KM 10 sede da TI Guarita, faço agora uma breve trajetória da educação escolar indígena.

4. Breve histórico da educação escolar indígena na TI Guarita

Nas primeiras escolas fundadas na TI Guarita, a educação escolar indígena era desenvolvida somente por professores não índios com o objetivo de alfabetização na língua portuguesa. Essa educação, na verdade, assim como em todo o Brasil, era exercida dentro de uma ideologia de dominação e *civilização* dos índios, que buscava a integração destes com a sociedade nacional, tentando dizimar sua cultura e ocupar suas terras.

O projeto missionário na TI Guarita foi criado pelo Pastor Evangélico Norberto Schwantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Este pastor buscava recursos junto a Igreja, com sede na Alemanha. O projeto missionário foi instalado na aldeia Missão no final da década de 50, tendo como prioridade a educação, religião, agricultura e saúde. O projeto da educação, iniciado em 1963, com a fundação da Escola de Aplicação Marechal Cândido Rondon pretendia formar professores, mas como ninguém sabia ler nem escrever foi criado primeiramente um curso de alfabetização em português e kaingang, que mais tarde formou monitores bilíngues. Pela primeira vez em toda a história do Brasil, no ano de 1967, cria-se uma Escola Normal Indígena, paralela à escola primária, objetivando a formação de jovens indígenas para alfabetizar e instruir na língua materna.

Quando a escola foi transferida para o setor KM 10 teve mudança de nome, passando a se chamar Centro de Treinamento Clara Camarão. Assim começou a formação de professores indígenas e bilíngues, que reunia índios dos três estados do sul do Brasil: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Ao longo da década de 90, o município, em parceria com a FUNAI, construiu salas de aula de alvenaria principalmente começando no setor Missão Indígena, em seguida em outros setores, ressaltando ainda que já existia escola de madeira em alguns setores. Grande parte das escolas indígenas foi criada pela FUNAI e não contava com reconhecimento oficial por parte dos órgãos competentes. Algumas passaram a ser administradas por secretarias estaduais e municipais de educação.

Posteriormente no ano de 2002 as escolas foram regularizadas pelo estado e todas passaram a ser chamadas de escolas estaduais indígenas. No decorrer dos anos, a educação indígena vem se modificando, com a presença dos professores indígenas atuando e ocupando seus espaços, começando a atuar nas coordenações pedagógicas, e alguns ingressaram no curso superior. Ao longo do tempo alguns dos que já eram efetivos no estado assumiram a direção das escolas. Assim, atualmente em 2015, temos três professores indígenas que são diretores de escola.

Durante este processo de regularização das escolas indígenas, teve na TI Guarita, mais especificamente no setor Estiva, um curso de formação para professores indígenas chamado Projeto Vãfy, um curso de formação de professores kaingang para formar em magistério específico nos anos iniciais do ensino fundamental. Este projeto iniciou em julho de 2001 e terminou em dezembro de 2005 e teve a finalidade de capacitar professores indígenas kaingang para garantir ensino de melhor qualidade, com valorização da língua e costumes tradicionais. Criado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em parceria com a UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste Colonial), a UPF (Universidade de Passo Fundo), lideranças e professores indígenas, o curso teve duração de quatro anos e foi realizado nas Terras Indígenas Guarita e Votouro. Em dezembro de 2005 realizou-se a formatura de aproximadamente 50 professores indígenas da TI Guarita que receberam o diploma de conclusão do curso Vãfy.

No ano de 2013, o estado abriu concurso público diferenciado para professores indígenas, efetivando aproximadamente 80% dos professores indígenas para atuar nas séries iniciais dentro da Terra Indígena Guarita.

4.1. Breve histórico da escola Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro

De acordo com o histórico da escola Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro, a que tive acesso na própria escola, a história da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro (primeiro denominada de Clara Camarão), iniciou com a Dra. Ursula Wiesemann, que realizou um trabalho linguístico entre o povo kaingang em 1958, desenvolvendo uma ortografia, compondo lista de palavras, elaborando material didático, fazendo um trabalho intensivo de tradução. A Dra Ursula Wiesemann implantou a Escola Normal Indígena Clara Camarão (ENICC) em 1970, numa parceria da FUNAI com a IECLB (Igreja Evangélica Confissão Luterana do Brasil). Mais tarde, em 1977, a escola foi transformada no Centro de Treinamento Clara Camarão (CTCC), iniciando assim o processo de formação de professores bilíngues indígenas no Brasil, capacitando a nível de 1º grau para trabalhar o resgate da cultura indígena, falada e escrita.

Nesta escola, formaram-se três turmas de professores bilíngues – kaingang e guarani, homens e mulheres, vindos do estado do RS, SC e PR. Moravam na sede, em regime de internato.

A partir de 80, os alunos e professores começaram a trabalhar com as crianças que moravam na reserva a nível pré-escolar até a 4º série. O centro foi desativado e a escola passou a denominar-se Escola Indígena de 1º Grau Incompleto Clara Camarão.

Até o ano de 1990, a FUNAI era o órgão mantenedor das escolas. Os professores pertenciam à FUNAI e os demais eram cedidos pelos municípios de Miraguai ou Tenente Portela.

A partir de 1990, através de decreto Presidencial, o Presidente da República transferiu as responsabilidades educacionais para o estado. O Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação assumiu todas as escolas, firmando convenio entre FUNAI e estado para ação conjunta referente à educação indígena. Contudo, nesta década, a responsabilidade de fato pelas escolas permaneceu com a FUNAI.

A partir do ano de 2000, foi encaminhada documentação para regularização das escolas indígenas para serem reconhecidas de fato pelo estado. Após a aprovação, em outubro de 2001 toda a comunidade escolar e as lideranças indígenas reuniram-se com a finalidade de decidir o nome da escola. Foi sugerida a mudança de nome para um mais significativo para a comunidade. Decidiu-se pelo nome de Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro, pois foi o primeiro morador e fundador da comunidade.

O senhor Gomercindo teria chegado na Terra Indígena no ano de 1927, abrindo caminhos no meio da mata e iniciando o plantio de milho. Reunia pessoas nas casas, fazia culto² nas ramadas (casas feitas de madeira, capim e palha de taquara). Mais tarde, construiu uma igreja onde reunia os moradores.

Ainda no ano de 2000 foram contratados pelo estado (contratos emergenciais) mais professores indígenas para atuar nas séries iniciais. Os professores indígenas começaram a conquistar seu espaço na comunidade e nas escolas indígenas se fortalecendo através de grupos de estudos para construção de regimentos, elaboração de planos de estudos que contemplassem sua realidade indígena.

Em 08 de fevereiro de 2002, pelo decreto nº 41.398 foi criada, designada e denominada a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro. Pelo parecer 572/2003, o Conselho Estadual de Educação credenciou essa escola no município de Tenente Portela para oferta de Ensino Fundamental. O acréscimo de novas séries ocorre gradativamente para atender a demanda da comunidade e para que os alunos permaneçam mais tempo dentro da reserva.

Nas figuras 3 e 4 a seguir, podemos observar a escola, a parte frontal e o lado esquerdo.

² Cerimônia religiosa feito nas casas ou na igreja.

Figura 3 - Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro, parte frontal



Fonte: Fotografia de Arão da Rosa, 2014.

Figura 4 - Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro, parte frontal, lado esquerdo e salas de aula



Fonte: Fotografia de Arão da Rosa, 2014.

A escola a que os alunos kaingang se dirigem todos os dias vista de fora é uma escola feita de madeira que aparenta ser uma típica escola estadual, pintada de verde claro e marrom, cercada por uma grade. Seu horário de funcionamento se assemelha muito a uma escola não indígena. Ela funciona regularmente de segunda a sexta-feira nos dois turnos. Há certa

flexibilidade em relação aos horários conforme o funcionamento da comunidade, como por exemplo, no começo das aulas da manhã, em função do transporte utilizado pelos professores para se deslocarem até a escola.

Atualmente a escola conta com um quadro de docentes composto de 20 profissionais, 10 não indígenas e 10 indígenas, e 4 funcionários, para 206 alunos. Também possui uma turma de educação infantil que é vinculada ao município, com 16 alunos. Desses professores citados acima apenas três são moradores da comunidade. Os demais moram em outros setores da TI, assim como dois dos funcionários. A maioria possui apenas magistério indígena, somente quatro professores indígenas estão cursando curso superior. E os demais professores são não índios que se deslocam das cidades. Os cargos de gestão da escola são exercidos por não indígenas e indígenas: direção e vice-direção, coordenados pelos não indígenas, coordenação e secretaria pelos indígenas. Esta escola sempre vem mantendo em diversas atividades a cultura com envolvimento direto de todos os alunos e também da comunidade.

5. A educação bilíngue e sua legislação

A maior mudança da legislação brasileira que veio beneficiar os povos indígenas está ligada à Constituição de 1988. Ela rompeu com a tradição da postura integracionista que sempre procurou incorporar e assimilar os índios à comunidade nacional, os quais eram vistos como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento (FERREIRA, 2012). Na contramão dessa concepção e dessa prática que prevaleceu por séculos, a Constituição Federal atual garante:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988, s/p.)

A Constituição de 1988 garantiu aos índios o direito de permanecer sendo índios. Assegurou-se ainda aos povos indígenas o direito a uma educação escolar específica e diferenciada. Esta acontece pelo acesso aos conhecimentos universais, pelo uso da língua materna e pela valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional menciona de forma clara a educação escolar indígena em pelo menos dois artigos. O Artigo 32 estabelece que as aulas sejam ministradas em língua portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas o uso de sua língua materna.

Art. 32 - § 3º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1996, s/p.)

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998), na parte principal que fala sobre “línguas”, nos traz que a linguagem não é somente um instrumento para se comunicar, mas tem uma função maior de nomear algo, pensar, raciocinar, avaliar o mundo e planejar ações. Através dela os povos constroem, modificam e transmitem suas culturas, e por meio do uso da linguagem a sociedade passa o seu conhecimento de geração a geração, e isso fez com que as pessoas a assegurassem como documento de identidade que determina o momento de sua história. Esse conhecimento, nos kaingang, é passado de pai para filho.

No artigo 29 da LDB de 1996, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complemento a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, s/p.). E isso não vem acontecendo, a educação infantil instalada nas aldeias indígenas foi muito prejudicial às comunidades, devido a que as suas propostas pedagógicas são diferentes da realidade das crianças, principalmente a língua, que é desvalorizada. Enquanto a LDB diz que a educação infantil tem que complementar a ação da comunidade, ou seja, dar continuidade ao que a criança tem aprendido com a família, nas escolas indígenas ela apenas invadiu com uma pedagogia não indígena.

Também temos outra resolução que garante o ensino diferenciado desde o início da escolarização, a Resolução Nº 5 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 22 de junho de 2012. No Art. 8º, esta resolução estabelece que

A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

§ 1º A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola. (BRASIL, 2012, s/p.).

Essa legislação mencionada diz respeito à educação infantil nas escolas indígenas. Quanto à língua, podemos destacar, dentre outros, o Regimento Coletivo das Escolas Estaduais Indígenas Kaingang (RIO GRANDE DO SUL, 2003)³. Este regimento estabelece que:

Em virtude do caráter bilíngue da escola indígena, o estudo do kaingang perpassa todos os níveis e modalidades, buscando a valorização e o fortalecimento da língua na forma como é falada na comunidade, enquanto que a alfabetização acontece a partir da língua materna, kaingang ou portuguesa, respeitando as características e as decisões de cada *êmã* [comunidade] (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Conforme o documento citado acima, a escola kaingang deve ensinar a língua materna ao longo de todos os anos escolares, sendo a alfabetização nesta língua ou não. Enquanto professores kaingang do estado ou do município, devemos esclarecer para crianças, jovens, pais responsáveis e comunidade em geral que os kaingang que são bilíngues, ou seja, que falam a sua língua e também aprendem a falar o português são pessoas com uma riqueza cultural que muitos brasileiros não possuem. Dominar bem duas línguas é uma riqueza que as escolas indígenas podem proporcionar aos seus alunos, principalmente na educação infantil, para crescer sentindo a vontade de aprender nas duas línguas, e que no decorrer dos anos não venham sofrer as consequências de optar por uma língua, como acontece nos dias atuais.

Outro fator relevante é que as comunidades indígenas, hoje, assim como a sociedade nacional, no entanto, vê como não são respeitados os seus direitos previstos na Constituição de 1988 que condizem com a manutenção das diferenças e da autonomia dos povos indígenas. Afinal, o estado e os municípios vêm fomentando políticas partidárias, na educação indígena, mesmo sabendo que há uma organização interna e uma realidade cultural daquela comunidade. Por exemplo, a educação infantil é oferecida às crianças indígenas como obrigação, já que frequentar uma instituição escolar é uma condição para receber um auxílio do governo federal como o Bolsa Família⁴. E os pais responsáveis pelas crianças muitas vezes mandam seu filho de 04 anos para a escola. As crianças saem de casa falando a sua própria língua, mas depois de passar três ou quatro horas todos os dias com uma professora que não domina a língua kaingang acabam deixando de usar a língua materna. Considerando esta

³ Este documento foi elaborado em conjunto por professores kaingang como resultado de encontros de formação continuada ao longo do ano de 2001 no Rio Grande do Sul. Em 2003, ele foi aprovado como regimento padrão das escolas estaduais indígenas kaingang pelo Conselho Estadual de Educação. A escola Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro adotou esse regimento com algumas adaptações à sua realidade escolar.

⁴ Bolsa Família, programa do governo federal para as famílias que tem baixa renda.

realidade, o professor kaingang Bruno Ferreira⁵ acredita que a criança não vai para a escola aprender kaingang, pelo contrário, ela começa a deixar de falar kaingang no momento em que passa frequentar a escola (FERREIRA, 2012, p. 26).

As escolas indígenas sofrem sempre com a manutenção da língua materna, onde o português entra com o poder maior para substituir o ensino da língua. A história da educação escolar indígena revela que, de um modo geral, a escola sempre teve por objetivo integrar as populações indígenas à sociedade envolvente. A língua indígena era vista como dificuldade para ensinar, porque não tinha material didático, dicionários, nem sequer um alfabeto próprio na língua indígena. Por isso a função da escola era ensinar os alunos indígenas a falar, ler e escrever em português. Os nossos velhos e professores indígenas têm buscado o conhecimento e perceberam a importância de valorizar a língua indígena. Como vemos as leis asseguram às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, mas ter a lei não é suficiente:

Não adianta ter leis, se a escola indígena diferente não for diferente. Até agora a escola diferenciada só está no papel. A gente já falou muito sobre escola indígena diferente, mas na prática as coisas demoram muito para mudar. A gente não quer que a nossa história e a nossa cultura se percam. Por isso, muitas comunidades indígenas estão fazendo seus próprios currículos, do jeito que elas acham bom. Agora temos leis que falam de educação indígena. As leis estão do nosso lado e nós vamos lutar para que sejam cumpridas (Depoimento da Profa. Maria de Lourdes, Guarani do Mato Grosso do Sul, apud GRUPIONI, 2004, p. 51).

Hoje, em algumas escolas, começou-se a utilizar a língua indígena na alfabetização, como, por exemplo, na escola Davi Fernandes de Missão. Lá começa a alfabetização inicial com a língua kaingang até o 2º ano do ensino fundamental, e no ano seguinte o próprio professor começa a trabalhar nas duas línguas, portanto dentro da TI Guarita é a única escola que tem essa alfabetização diferenciada. Pensando nesse ensino, chegou o momento de cada escola refletir sobre as diversas questões relacionadas ao ensino da língua, com a comunidade, lideranças e professores. Cabe pensar nas seguintes questões colocadas no RCNEI:

- Que língua(s) deve(m) ser trabalhada(s) nesta escola?
- Que funções da linguagem podem ou devem ser trabalhadas? Em que língua(s)? Oralmente ou por escrito? Ou das duas maneiras?

Nas nossas escolas a alfabetização tem que partir da língua kaingang, por que existem uns povos usuários de outra língua que proibiram e tentaram matar as línguas indígenas.

⁵ Bruno Ferreira é kaingang morador da TI Indígena Guarita, atualmente professor de História no Instituto Educacional da Terra Indígena Inhaçora/RS.

Estamos ensinando a língua portuguesa nas escolas indígenas por obrigação, mas com muito cuidado no trabalhar uma prática educacional kaingang.

6. A educação infantil e as dificuldades no ensino da língua Kaingang

O ensino bilíngue na educação infantil nas escolas indígenas vem sendo uma preocupação grande desde que foi implantado nas aldeias, inclusive podemos pensar que a educação infantil chegou em algumas comunidades indígenas para enfraquecer a nossa língua materna. Sabemos que a educação infantil surgiu no contexto de urbanização e industrialização. Ela foi criada para dar suporte às crianças, quando as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho.

Neste sentido, a educação infantil foi uma necessidade para os *fóg* para suprir a ausência da mãe trabalhadora. Já nas terras indígenas as crianças têm liberdade para correr, brincar e os adultos reconhecem e tratam como se fossem seus filhos. Neste sentido, para nós Kaingang a paternidade e maternidade são meras formalidades legais, pois todas as crianças são reconhecidas como filhos da comunidade e por isso todos os adultos são responsáveis por todas as crianças.

A criança indígena aprende experimentando, vivendo o cotidiano da aldeia e principalmente convivendo com os mais velhos. A família oferece a liberdade e autonomia necessárias às crianças para elas experimentarem e participarem das brincadeiras e da vida na comunidade, isso faz parte do seu processo de ensino-aprendizagem e a aquisição de responsabilidade começa muito cedo. Os pais colocam seus filhos na educação infantil muito cedo por um simples fato de estar recebendo bolsa família.

Na educação infantil, no convívio com a professora não indígena, as crianças acabam aprendendo a falar português. Os pais veem isso como avanço de aprendizagem, como algo positivo, mas isso não necessariamente significa que vá haver avanços também na aprendizagem da escrita, tanto do kaingang quanto do português. Como acontece hoje, esses avanços não são visíveis nos alunos das outras turmas nessa escola. Nessas turmas, os alunos aprenderam a falar o português bem cedo antes de ser alfabetizados, mas nem por isso eles conseguem escrever adequadamente. São situações conflituosas e difíceis de resolver e o estudo desses contextos está só começando.

O modo de vida dos alunos e suas experiências cotidianas de escrita na família em esferas como as de trabalho, de lazer ou religiosa, entre outros, podem ser considerados em um planejamento inicial na área de alfabetização (...) é necessário levar em conta a língua materna, envolvendo reflexão em torno da relação entre os sistemas alfabéticos, fonológico e ortográfico de constituição de palavras com idiomas diferentes (TRINDADE, 2009, *apud* CARDOSO, 2014, p. 15).

Por isso temos que reforçar as escolas indígenas sobre a importância da língua materna, para que cumpram o papel de serem bilíngues e interculturais.

Há nove anos atrás, o INEP levantou dados que apontam o aumento das crianças na educação indígena, em 2005, 164.018 alunos matriculados, sendo que destes, 18.583, correspondentes a 11,3%, estavam matriculados na educação infantil⁶. E este aumento com certeza causará problemas sobre a língua materna, devido que as crianças entram na escola muito cedo. E se não travarmos esta situação, futuramente o português terá um poder maior nas nossas escolas, devido à falta de língua kaingang na educação infantil.

Atualmente, a dificuldade encontrada na educação infantil é a desvalorização da língua materna, uma língua que a criança adquiriu com facilidade na fase inicial de sua aprendizagem com seus pais e avós. Quando entra na educação infantil, esse rico aprendizado que a criança teve com seus avôs é deixado de lado, já que ele se envolve em atividades que os professores levam sem considerar a sua realidade, atividades como, por exemplo, fazer bolinhas de papel crepom para colar encima de uma figura tirada da internet. Desta forma, os conhecimentos milenares vão sendo esquecidos ou substituídos devido às alterações ocorridas no meio ambiente, devido ao contato e ao indigenismo oficial, através das escolas, das igrejas, da sociedade envolvente, que se impõem sobre as terras e fazem com que as gerações percam suas referências norteadoras da prática cotidiana.

No início da pesquisa, apresentei para os pais dos alunos da educação infantil o projeto de pesquisa sobre a língua kaingang. Nesta reunião para apresentação do projeto, foi lavrada uma ata descrevendo as falas dos pais, e foi apresentado um vídeo feito com alguns pais da comunidade durante o tempo comunidade. Segue a transcrição da ata da reunião.

⁶ Dados do INEP/MEC/2005

6.1. A apresentação do projeto de pesquisa na escola: Ata nº 07/2014

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze reuniram-se na sala da educação infantil vinculada a Escola Estadual Indígena Gomerindo Jêthê Tenh Ribeiro os pais dos alunos com a professora regente Elaine Ponce e o professor Arão da Rosa para apresentar o projeto de pesquisa da faculdade sobre a língua kaingang na educação infantil. Em primeiro lugar a professora Elaine agradeceu a presença de todos, em seguida passou espaço todo para Arão que começou a apresentar seu trabalho. Após a apresentação do projeto foi aberto espaço para os presentes se manifestarem sobre se há necessidade de fazer este trabalho na turma. Os pais acharam importante ter dois professores, um que saiba falar a língua materna e outro que fale a língua portuguesa. Fabio Emilio, pai de uma aluna, falou que é essencial aprender as duas línguas desde pequeno ou optar por uma, e mais tarde começar a ensinar a segunda, até mesmo para não confundir o aluno. Julia Sales, mãe de outra aluna, também acha importante fazer esse ensino. Diz que a escola está na comunidade para fortalecer a língua materna, pois as suas filhas também não sabem falar em kaingang, e espera pelos professores indígenas um bom ensino e que suas filhas aprendam a ler e escrever em kaingang. Por isso continua matriculando seus filhos nessa escola. A professora Elaine também fala que é possível criar um método para fortalecer a língua kaingang, principalmente a oralidade na educação infantil, para que no ano seguinte possa começar a conhecer as primeiras letras em kaingang, assim a criança terá uma continuidade na sua aprendizagem. Após foi passado um vídeo dos depoimentos feitos nos trabalhos anteriores sobre a língua kaingang com duração de 25 minutos. Nada mais a declarar encerra-se o presente ata que será assinada por mim Elaine Ponce e pelos demais presentes.

Depois da apresentação do projeto, os pais acharam importante começar a trabalhar com a língua kaingang desde que a criança ingressa na escola, principalmente na educação infantil, uma mãe presente na reunião que não domina a língua materna, disse que a sua filha quer aprender a falar o kaingang, mas no momento ainda não teve esse privilégio porque a professora não fala a língua kaingang, e também disse que é importante ter dois professores na educação infantil. Pude perceber nessa reunião o interesse dos pais de continuar valorizando a língua materna, ao decorrer dos anos na escola, como um fator importante de identidade.

Outra preocupação observada é que os pais querem que seus filhos tenham uma profissão tanto dentro como fora da comunidade por isso há necessidade de ensinar o português. Segundo a fala do Celso Carvalho, pai de um aluno da educação infantil participante a reunião, é lógico que a escola indígena também vai ensinar a língua portuguesa, mas na hora certa, para que o aluno não venha a se confundir na sua aprendizagem, por isso é chamado de escolas bilíngues, precisam ensinar as duas línguas que é essencial para suas defesas no território nacional. Se isso não acontecer de fato às escolas indígenas não seriam bilíngues.

Na próxima seção teremos a fala do senhor Marcelino da Rosa, um sábio que, durante a pesquisa, participou de uma roda de conversa sobre como seus primeiros filhos enfrentaram as dificuldades na época que estudavam no primário.

6.2. Depoimento de Marcelino da Rosa, *kófa*⁷ da comunidade

Figura 5 - Marcelino da Rosa



Fonte: Fotografia de Arão da Rosa, 2014.

Durante a pesquisa, na metade do ano de 2014, foi feita uma roda de conversa com Marcelino da Rosa, sábio kaingang da comunidade da Missão, que também é o meu pai, na sua residência, para ele explicar como seus filhos foram ensinados em casa e principalmente no momento em que frequentaram a escola. Não foi feito perguntas, mas uma simples

⁷ *Kófa*, em kaingang, é usado para se referir às pessoas mais velhas da comunidade.

conversa sobre como a língua kaingang está sendo vista nos dias atuais. Segue a transcrição da gravação da fala do Sr. Marcelino da Rosa:

Meu nome é Marcelino da Rosa, tenho 78 anos, moro aqui na Missão desde a minha criança, tenho 7 filhos. Os meus filhos desde pequeno passaram por bastante dificuldade para frequentar a escola por causa dos recursos para comprar material e roupa, até mesmo o caminho para escola era longe, enquanto os *fóg kēsir* (crianças não indígenas) têm um cuidado maior conforme vai crescendo. Para ir à escola os *fóg kēsir* toma banho, punha uniforme e o seu pai leva para escola, e nos kaingang toma banho no riacho perto de sua casa e vai caminhando até a escola. E todas as crianças usa material um do outro sem problema, todos se conhecem, geralmente são parentes. As crianças *fóg* se dedicam muito em seu estudo. E as crianças indígenas quando volta da escola aproveitam para brincar e até mesmo para tomar banho na cachoeira. E quando chega na casa não são castigados, além de brincar eles prestam atenção a tudo o que está em sua volta. Após o almoço as crianças saem de novo para brincar, são livres e alguns ajuda os pais fazendo artesanato e lavar roupa principalmente as meninas, enquanto os piá ajuda na coleta de lenha para fogo, e também acompanha até na roça. E eles aprendem a língua kaingang desde pequeno com a mãe, conforme vai crescendo aprende o português com o pai. Não sei falar correto o português, mas algumas coisas ensinei aos meus filhos, principalmente você que já está terminando a faculdade. Hoje não sou contra a língua portuguesa. Para as crianças o português é necessário, para entender o que fazer fora da aldeia como, por exemplo, acompanhar seus pais até a cidade para vender artesanato, comprar no mercado e aprender a contar o dinheiro, é bom nossos filhos ir à escola, mas primeiro ensinar a língua materna para que não venha se envergonhar com o passar dos tempos. Na época quando eu era criança, aprender a fazer o nome já era o suficiente. Quando aprendi a fazer o meu nome os meus pais já me tiraram da escola para ajudar a fazer o roçado, então todos os conhecimentos que tenho aprendi fora da escola, e o português aprendi a falar com meu avô. Hoje o índio não estuda por preguiça de ler, porque vejo que o estudo exige muito a leitura, através dos meus netos, que sempre carrega livros.

Na seção a seguir teremos um depoimento do pai de um aluno da educação infantil, falando sobre a importância da língua kaingang.

6.3. Depoimento de Geremias da Silva, pai de um aluno da educação infantil

Figura 6 - Geremias da Silva



Fonte: Fotografia de Arão da Rosa, 2014.

Antes de dar início a presente pesquisa, em janeiro de 2014, para um trabalho do tempo comunidade do curso sobre a língua kaingang na comunidade e na escola, que deu origem a este trabalho, foi feita uma roda de conversa com Geremias da Silva, pai de um aluno da turma de educação infantil e morador da aldeia Linha Esperança, na sua residência, para ele explicar a sua visão sobre a língua kaingang na comunidade. Segue a transcrição da gravação da fala do Sr. Geremias da Silva:

Sou Geremias da Silva, tenho 41 anos, pai de Gustavo da Silva, que estuda na educação infantil. Quero nesta tarde falar um pouco da nossa convivência aqui na aldeia de Linha Esperança, aonde que muitas vezes nós falamos o nosso idioma com os amigos e parceiros e há momentos que usamos o kaingang e o português, porque talvez não consiga entender a nossa língua, mas estamos aqui fazendo esta entrevista falando um pouco da nossa cultura e do nosso idioma, porque estamos aqui para conversar aquilo que nós sentimos em nosso coração, e por isso estamos fazendo

esta entrevista importante para os nossos amigos que vão ouvir que o nossa idioma usemos aqui na nossa aldeia, talvez por causa que a gente trabalha com a comunidade. Hoje sou responsável da igreja evangélica e agente de saneamento, então há muito momentos que chegamos nas casas, falamos em kaingang e talvez eles não conseguem entender, então usamos também o nosso português. Também nós pais temos que ensinar mais os nossos filhos falar mais em kaingang e ensinar também o português, porque já tem a presença grande em nossas famílias, e não tem como voltar atrás, somente tem que manter vivo e forte o que carregamos até aqui. Que vai chegar tempo em que não vamos ver os nossos filhos trabalhando aqui na nossa comunidade, como acontece hoje a maioria trabalha fora. Mas eu quero também este meu filho que está na educação infantil primeiro aprender a escrever em kaingang, porque ele entrou nesta turma somente falando a língua kaingang e que o professor venha dar continuidade. Agradeço o professor Arão que tem levantado esta questão para estarmos discutindo hoje.

Na seção a seguir teremos um depoimento de uma professora não indígena que atua na escola onde fiz a pesquisa como coordenadora pedagógica da escola sobre a preocupação da língua kaingang por parte dos professores.

6.4. Depoimento da Professora Rômi Cristina Agnoletto Balzan, coordenadora pedagógica da escola Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro

Figura 7 - Rômi Cristina Agnoletto Balzan



Fonte: Fotografia de Arão da Rosa, 2014.

Em janeiro de 2014, para o mesmo trabalho do tempo comunidade do curso sobre a língua kaingang na comunidade e na escola citado anteriormente, foi feita uma roda de conversa com a professora não indígena Rômi Cristina Agnoletto Balzan, coordenadora pedagógica da escola sobre a que trata esta pesquisa, para ela explicar a sua visão sobre a língua kaingang na escola. Segue a transcrição da gravação da fala da Sra. Rômi Cristina Agnoletto Balzan:

Eu sou a professora Rômi Cristina Agnoletto Balzan, professora no apoio pedagógico da escola Gomerindo Ribeiro do KM 10 de Tenente Portela. Faz três anos que trabalho nessa escola. Estou sendo entrevistada pelo meu colega professor Arão a respeito da língua kaingang que ele está realizando na universidade. Eu vejo assim que, nas nossas conversas, eu concordo com ele no que diz que é pouco falada dentro da nossa comunidade a língua kaingang por nossos alunos e também pelos nossos professores. Eu constato assim no dia a dia das nossas reuniões planejamento que falta né, o professor estar mais preparado para trabalhar com a criança dentro da língua kaingang. Eu vejo também que tem que incentivar mais a língua materna pelos professores indígenas, e também os alunos tem que se interessar um pouco mais também pela sua língua materna deles e os professores também praticar mais no dia a dia de suas aulas esta fala com os alunos incentivando mostrando como é importante saber duas línguas que uma é a língua materna que eles têm. Também vejo assim que os alunos eles conversam mais em kaingang dentro da escola nos corredores e no pátio, ou nas salas quando a gente chega pra eles e dá uma chamada de atenção deles e eles não gostam que nos chamemos a atenção ou quando outros professores não indígenas também conversa com eles alguma coisa e eles não querem que a gente saiba então eles falam em kaingang e eu brinco também com eles como eu não sei falar em kaingang que vou falar língua do pê para ver se eles param de falar para mim. Então é isso que eu constatei né, que acontece na nossa escola. Então eu acredito que deve haver mais a conscientização dos professores se preparar mais, e do próprio aluno gostar da sua língua materna.

Pensando ainda no primeiro depoimento do sábio Marcelino da Rosa e dos outros acima transcritos, podemos ainda pensar o papel da escola nas comunidades indígenas. As comunidades têm seus próprios meios de produzir e transmitir os conhecimentos necessários à realização do trabalho que garanta a sobrevivência da comunidade e a preservação das tradições culturais. Estes conhecimentos são produzidos com a experiência, a vivência e, geralmente, são aprendidos pela oralidade. As crianças vivem no meio dos adultos observando o trabalho, imitando alguns dos seus atos, praticando brincadeiras que contribuem como o seu desenvolvimento.

O dia-a-dia de uma comunidade indígena é cheio de atividades que envolvem seus membros. [...] Nesses trabalhos as crianças estão presentes e o conhecimento dos mais velhos é passado a cada de um que será reproduzido nos demais membros da família, constituindo todo o conhecimento do sistema de vivência comunitário. (FERREIRA, 2008)

O espaço de ensino kaingang é ao redor do fogo, em cima de folhas. Antigamente, quem contava e fazia a transmissão de conhecimentos era a pessoa mais velha da comunidade, geralmente à noite. O significado de ensinar e aprender ao redor do fogo, é o calor desse fogo sobre a memória, para ensinar a guardar o que está sendo dito. Esta é uma das formas de pedagogia indígena. E a lei garante a continuidade dessa aprendizagem desde que a criança ingressa na escola, principalmente na educação infantil como alicerce do aprendiz.

No seção seguinte relato uma breve experiência enquanto professor de língua kaingang por três anos na escola Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro, e a minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica foi pensar sobre esta preocupação da língua kaingang principalmente com os alunos da educação infantil, mas não só com estas crianças, mas de modo geral com todos os alunos da escola que não usam a língua kaingang diariamente na escola.

6.5. Observação de aulas da turma da educação infantil

Durante este três anos de professor nesta escola, procurei entender esta lacuna sobre a língua kaingang, e isso me levou a pesquisar na educação infantil, onde o kaingang não é mais mencionado, porque ali é o primeiro espaço das crianças quando saem de casa para a escola. O problema, no entanto, é que a professora não domina a língua indígena kaingang. Por isso, os alunos da educação infantil passam a usar a língua portuguesa em momentos ou fases da vida que tradicionalmente não pertencem a essa língua. Quando isto acontece, as famílias enxergam isso como um avanço, aí a língua indígena enfraquece, porque perde forças e falantes, as crianças vão crescer falando o português. O que acontece hoje no 1º ano das séries iniciais na escola onde eu trabalho é que as crianças parecem se sentir obrigadas a falar em português com os professores.

A minha maior preocupação, nesse sentido, é que as crianças saem de casa falando a sua própria língua mas depois de passar 3 ou 4 horas todos os dias com uma professora que não domina a língua kaingang acabam deixando de usar a língua materna. Portanto, observo que esse é um dos motivos para a desvalorização da língua materna nos primeiros passos na escola, onde a alfabetização inicial é na língua portuguesa.

Durante uma observação feita na sala de aula junto com a educação infantil todos os alunos se comunicavam com a professora em português, mesmo que alguns eram falantes só da língua materna mas procuravam acompanhar os colegas. Nesta observação notei de novo como o conhecimento tradicional como estorinhas contadas, mitos, lendas, pecado alimentar e as crenças eram deixados de lado por atividades simples e descontextualizadas como pintura de desenhos prontos. Nós kaingang possuímos um grande conhecimento acumulado, seja matemática, do local onde vivemos (geografia), dos ciclos da natureza, da fauna e flora (biologia), de técnicas e medicamentos naturais como poder de combater muitas doenças e assim por diante. Temos ainda conhecimentos históricos que entendem e explicam a origem do mundo e da sociedade através de mitos que são passados de geração para geração. Possuímos conhecimento da agricultura, sabendo as épocas de plantio e de colheitas, o manejo das sementes e os cuidados que se deve ter com a terra. Esses conhecimentos as crianças vão adquirindo com a família em atividades lúdicas no seu dia a dia. Contudo, esse conhecimento é deixado de lado nas aulas de educação infantil.

6.6. Proposta de aula para a educação infantil

Segue a proposta de planejamento de uma aula de educação infantil feito para esta pesquisa e desenvolvido na turma de educação infantil em agosto de 2014.

PROJETO DE DOCENCIA	
Título	Histórias e brincadeiras kaingang
Destinatário	Turma de Educação Infantil da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêthê Tenh Robeiro
Justificativa	Optei por este projeto, histórias e brincadeiras kaingang, pelo simples fato da desvalorização da língua materna por parte dos alunos na escola, principalmente no uso oral no dia a dia das crianças. Será realizado na escola Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro, com os alunos da educação infantil, no turno da tarde. Nesta turma, estudam 14 alunos, o projeto tem o objetivo de fortalecer o uso da língua Kaingang, porque atualmente o português tornou-se a língua de maior poder na escola, uma vez que há muitos anos a alfabetização ocorre na língua portuguesa e continua até hoje, tomando o espaço em diversas situações em que se poderia usar a língua kaingang.

Objetivo geral	Valorizar a importância do uso oral da língua Kaingang na escola e em outros espaços da comunidade, através da realização de brincadeiras e de estorinhas nessa língua.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da língua Kaingang. • Desenvolver o gosto pelo uso da língua Kaingang através da realização de brincadeiras e de histórias contadas; • Fazer um desenho relacionado com as histórias contadas na língua kaingang.
Metodologia	Para a realização deste projeto levarei para sala de aula duas histórias em kaingang e um vídeo feito na universidade UFSC com os acadêmicos da turma de linguagem, com a brincadeira “tem frutas madura”, e através dessa atividade fazer o ensino da língua kaingang seja mais proveitoso e prazeroso. As atividades serão desenvolvidas nos mais diversos espaços da escola.
Resultado esperado	Espero, com esse trabalho, estar promovendo a valorização da língua kaingang através de histórias orais e brincadeiras. Fazer com que o aluno sinta o gosto e prazer da língua materna, sem perceber que as atividades são feitas somente na língua kaingang. Pois essa turma não trabalhou com atividades relacionadas à língua kaingang.
Conteúdos	História e brincadeiras kaingang Regras das brincadeiras
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Representar em desenho algumas das histórias contadas e lidas; - Realizar as brincadeiras. - Brincadeiras de rodas - Mĩg sĩ mré kasĩn - Kanhgág ag jagnẽ kato tẽ - Tem frutas madura.

01 – Contar “Ó” para as crianças.

Õ tẽgtũ ag

Ó

Ón ja nĩgtĩ.

Hāra ũ tēgtũ ag tỹ goj kri nỹtĩ ja nĩgtĩ.

Hā ra ũ tóg krĩkator ja nĩ.

Jāvo ũ tóg kykry ja nĩ.

Jāvo ũ tóg FĩnFĩr-mág ja nĩ.

Kỹ ag vỹ jagnē mỹ mũ nỹ joga ke jé ke mũ.

Kỹ ag tỹ ser, āg kã-ũ pi vānh vóg ke mũ.

Kỹ ag tỹ ser, ja tũ, ke kỹ nỹtĩ mũ.

Hāra ũ krĩkator tĩ krĩ ki sĩ vỹ pra mũ ser.

Jo ũ kykry tĩ vỹ kykry mũ ser.

Jāvo ũ FĩnFĩr-mág tĩ FĩnFĩr vỹ ā prā krỹ ke sa nĩ ser, ke gé.

Hāra tỹ ag tỹ vānh vog kemỹr, tỹ ag tỹ vānhkren-kej ha mã tĩgtĩ.

Hãra ù krĩkator tí krĩ ki sĩ vỹ pra sa nĩ. Kỹ ti tỹ ti krĩ ki sĩ tỹ
nóg ke kỹ Naviu vỹ kã tí nĩ, ke mũ ag mỹ.

Kỹ ù FĩnFir mag tí tỹ tí FĩnFir kokũnh kỹ kera me ke mũ.

Kỹ ser ù kykry tí tỹ vãnhuymre, vãnhkygmre ke kỹ kera mẽ
ge, ge, ge, ke kã tí me ke mũ ge ser.

Kỹ hãve ser, Isỹ ó kãmén tí.

Aluno: Jurandir Sógmin Sipriano

Turma: 9º ano

E.E.I.E.F. Davi Rỹgjo Fernandes

Ó
Ón ja nĩgtĩ



Ũn ěkrėnh kamã vỹ nĩgtĩ, ti kasor mré, nãn fyr ki. Hãra ti kasor vỹ tỹ kasor kófa jãg tĩ ge, kỹ ti vỹ jã tu jãg tĩ. Hãra gera ti vỹ ãkrėnh kamã tỹvĩ jãg tĩ gé.

Kejėn ũn ěkrėnh kamã tĩ vỹ tĩg mũ ser, nãn kãra, ěkrėnh jé ser, ti kasor kófa mré.

Hãra kejėn ti kasor kófa vỹ, Hãnh! Hãnh! Hãnh! Kemũ ser nãn kãhá tá.

Kỹn tỹ ra vėnhvó mũ ser, hãra tỹ tá jun mỹr kasor kófa tỹ fãfã kri nĩ tĩ nĩ ser, hãra fãfã vỹ kasor krãm: hĩ! hĩ! hĩ! hĩ! Ketĩ, kasor jã tu jãn ka, hã nỹ fãfã jagyg tĩ vé ser.

Havě ser!

Autoria: Reni Inacio da Silva

Turma: 9º ano

E.E.I.E.F. Davi Rỹgjo Fernandes

03 – Brincadeira: Mĩg sĩ mré kasĩn

As crianças deveram fazer um círculo, dentre essas duas serão uma porta de entrada e outra a porta saída, também escolher um kasĩn e um mĩg sĩ.

O kasĩn fica dentro da roda, em quanto o rato fica do lado de fora, então ele chega e pergunta:

__ Kumpari kasĩn mĩ kã nĩ?

Então a porta responde:

__ Va! Ti pi kã nĩ.

Mĩg sĩ:

__ Ti hẽ'ra vyr?

Jãnkã:

__ Êpỹj vyr tóg!

Kasĩn:

__ Ti mĩ kãnhmar kãtĩg?

Jãnkã:

__ Há! Hamũn tóg rãkãnh kỹ jun.

Mĩg sĩ:

__ Mé! Kỹ sa kar kãtĩg mãn.

Passado o tempo o mĩg sĩ retorna, perguntando para a porta:

__ Kasĩn mĩ kã nĩ ser?

Jãnkã:

__ Háo!

Kasĩn:

__ Mĩ inh rã jé há?

Jãnkã:

__ Ver ã pẽn kupe vén! Kar ã kakã ke gé!

Jãnkã:

__ Hã vỹ! Ha kãrã ser.

Então a porta se abre para o kasĩn entrar e por outra porta o mĩg sĩ foge. As crianças da roda tentarão segurar o mĩg sĩ para que o mĩg sĩ não possa escapar. Quando o kasĩn estiver dentro da roda as crianças devem segura-lo lá dentro, quando o mĩg sĩ conseguir pegar o kasĩn, a brincadeira acaba.

04 – Brincadeira: KANHGÁG AG JAGNĚ KATO TĚ

As crianças devem formar duas colunas, cada coluna representará um grupo Kaingáng.

Então o primeiro grupo vai de encontro ao outro, dizendo:

__ Tỹ ěg kanhgág nỹtĩ! Ěmã tỹ Guarita tá ke.

O segundo grupo responde:

__ Javo ěg vỹ tỹ tag ki ke nỹ tĩ!

Ainda o segundo grupo:

__ Ějag tá ne han tĩ?

Então o primeiro grupo deve imitar alguma coisa que fazem.

O segundo grupo tentará adivinhar, se conseguir adivinhar a imitação, o primeiro grupo irá correr espalhando, o segundo grupo vai tentar pegar um dos indivíduos do primeiro grupo, se conseguir, pertencerá para ele.

Exemplos de imitações:

Ěkré to prũn;

Kakaně kykym;

Věnh kugpe;

Vãgfa.

Avaliação	Avaliação será feita com a participação dos alunos nas atividades propostas na sala de aula e nas praticas de brincadeiras.
Referencias	Kanhig nhir, tỹg-tỹnh mré nén ã kãme/brincadeiras, cantos e histórias kaingang – 2012.

A seguir relato o desenvolvimento do plano de aula desenvolvido na sala de aula junto com os alunos.

6.7. Desenvolvimento das atividades com os alunos da educação infantil

Utilizei histórias orais contadas e brincadeiras, para entender estas temáticas dentro da visão dos alunos da educação infantil, se é importante trabalhar a língua kaingang junto com esta turma.

Durante as brincadeiras feitas com os alunos da educação infantil pude perceber que há um numero maior de falantes na língua kaingang. Percebi quando fiz a prática de docência na língua kaingang com essa turma. Por exemplo, na hora de contar história a maioria entendeu em kaingang e a metade não entendeu, tive que usar as duas línguas, porque quando comecei a contar a história do kajêr mré kême fi quando chegou nas parte do corpo, como eu caminhava usando todo espaço da sala comecei a apontar em cada criança, e uma menina que não entendia o kaingang começou a chorar achando que estava brabo. E aqueles que entendiam a história se divertiram bastante durante a aula.

Com esta atividade realizada podemos perceber que há uma possibilidade tão grande de fortalecer mais a língua kaingang com essas crianças, porque são aproximadamente 70% dos alunos que domina a língua materna, mas já com a presença de língua portuguesa muito forte por causa da professora que trabalha com essas crianças.

Atualmente os pais estão preocupados com a tecnologia que vem incorporando o dia a dia das crianças. A maioria das crianças tem o kaingang como primeira língua, mas alguns pais mesmo falantes da língua materna falam o português com seus filhos, porque a língua portuguesa através da tecnologia esta avançada na sociedade indígena.

7. Considerações finais

O povo kaingang é portador de uma pedagogia própria, que garante a transmissão de seus conhecimentos através de gerações, um processo de formação baseado na visão de conjunto da cultura indígena que garantiu e garante até hoje, mesmo considerando os inúmeros problemas, a sua continuidade como povo diferenciado.

Existe também uma política pública de educação escolar que garante a transmissão de conhecimentos para sua sobrevivência como povo étnica, cultural e linguisticamente diferente, porém essa política não é implementada. É importante observar que o contato com a sociedade envolvente representou para os kaingang a diminuição do uso de sua língua materna e suas práticas culturais, deixando mais evidente a importância da educação escolar diferenciada. Por fim, a gestão das escolas está maioritariamente sob comando de professores não indígenas que carecem de uma formação adequada para que atuem nas escolas indígenas.

A minha pesquisa esteve direcionada à turma de educação infantil da Escola Estadual Indígena Gomercindo Jetê Tenh Ribeiro, turma vinculada ao município e que conta com 16

alunos. Hoje quando se fala em educação infantil nessa escola, vejo isso como início da perda, principalmente da língua materna. Já faz três anos que trabalho nesta escola, e desde que comecei vim observando a falta de língua kaingang nessa turma entre os alunos.

No começo da sua escolarização as crianças vivenciam uma dificuldade muito grande, pois a maioria não são usuários do português no cotidiano da comunidade onde vivem. Os alunos começam a educação infantil com 4 anos de idade. Depois de um ano, se a criança não tiver idade suficiente para entrar no ensino fundamental, no ano seguinte então ela repete tudo de novo na educação infantil até completar 6 anos de idade e ingressar no ensino fundamental. Essas crianças acabam falando em português, e depois não dão importância para a língua kaingang, levam em conta isso como aprendizagem, acabam se comunicando só em português com professores indígenas como acontece hoje, a maioria dos alunos nessa turma fala o português no intervalo e na sala de aula. O fato acontece porque se comunica diariamente com uma professora que não domina a língua kaingang. Durante a pesquisa pude perceber também que não acontece só na escola esta desvalorização da língua, acontece principalmente dentro de casa com os pais e a televisão quando os filhos passam a manhã inteira assistindo desenho animado.

Meu pai Marcelino da Rosa ressalta que no passado não se preocupava muito com a escrita, assim que aprendesse um pouco em português já garantia para seus negócios, porque dependia muito na venda de artesanato. Mas hoje o português é uma necessidade para buscar e defender os nossos direitos.

Geremias da Silva, pai de um aluno da educação infantil, também acha importante ensinar os filhos a falar mais em kaingang e ensinar também o português, por causa da presença grande da língua portuguesa em nossas famílias, e não tem como fugir dessa realidade, mas sempre precisamos manter vivos e fortes os costumes tradicionais.

A professora Rômi ressalta a falta de planejamento por parte dos professores kaingang com atividades lúdicas na língua materna. Para o ensino do português, existe um número maior de atividades e materiais diversificadas e esse é outro motivo pelo qual essa língua acaba ocupando o lugar de língua kaingang nas aulas.

Durante as observações e as atividades realizadas pude perceber que há um número maior de falantes da língua kaingang na educação infantil. Mas os alunos passam para a 1ª série já falando o português por causa que a professora não domina a língua kaingang. Isso faz

com que a criança se acostume a falar só português na escola. Por esse motivo a criança se sente obrigada a falar só em português também com os professores indígenas com passar dos anos.

Afinal, quero levar aos leitores uma reflexão de como se faz importante em nossas práticas de sala de aula, respeitar e valorizar as diferenças de cada povo, sua cultura, seu idioma e como podemos utilizar o que o aluno já sabe, partindo sempre deste ponto, para gerar novos conhecimentos.

8. Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução N° 5, de 22 de junho de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei n° 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CARDOSO, Dorvalino Refej. **Aprendendo com todas as formas de vida do planeta. Educação oral e educação escolar Kanhgág.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

FERREIRA, Bruno. **Educação escolar indígena e diferenciada.** São Leopoldo: Editora OIKOS, 2012. (cadernos do COMIN, n 10).

FERREIRA, Bruno. **Educação Escolar ou Educação Indígena?** In: TEDESCHI, Losandro (Org). Abordagens interculturais. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi Grupioni. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena.** Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Regimento Coletivo das Escolas Estaduais Indígenas Kaingang.** 2003

Turma Kaingang da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. **História da TI Guarita.** Inédito, 2011.